

Mãe conta que Honestino esteve preso no PIC

BRITO



Dona Maria Rosa soube ontem, via telefone, mais detalhes sobre o desaparecimento

UnB abre arquivos de informações reservadas

No momento em que a Comissão de Direitos Humanos da OAB reabre o processo que envolve o desaparecimento, em 1973, do estudante Honestino Guimarães, um novo caminho poderá elucidar a questão. Na última sexta-feira foi aberto oficialmente pelo reitor da UnB, os arquivos da ex-Assessoria de Segurança e Informação, encarregada de prestar serviços de informações ao MEC, durante o regime militar. Na ocasião, o reitor Antônio Ibanez Ruiz, constituiu uma comissão que no prazo de 30 dias vai estabelecer normas de consulta para o público.

São mais de 100 pastas contendo descrições de fatos ocorridos na universidade no período da ditadura, com in-

formações colhidas no dia-a-dia. "Isso demonstra que os fatos realmente aconteceram, que houve repressão e que hoje fazem parte da história da UnB", declara Ruiz. A abertura dos arquivos coincide com as comemorações dos 30 anos da universidade, sendo 21, "debaixo da repressão militar", acrescenta o reitor.

Ruiz lembra que esses documentos serviram também de acompanhamento de todos os processos ligados à anistia. "Agora que esses processos estão concluídos, poderão ser conhecidos pelo público em geral", destaca Ruiz. Segundo ele, os fatos descritos nos documentos, estropeiam o âmbito da universidade, já que tinham a ver com os movimentos estudantis da vida nacio-

nal, especialmente no que se refere à invasão de 68.

ENVOLVIDOS — Ruiz está certo de que muitos fatos e pessoas conhecidas hoje e que viveram aquele momento, poderão aparecer nos documentos. Eles não descartam o fato de que "isso comprometa algumas dessas pessoas, mas elas têm a responsabilidade pelos seus atos", reitera Ruiz.

Ruiz acredita também que os documentos certamente contenham muitos dados sobre a vida e a atuação de Honestino Guimarães. "Ele era uma pessoa atuante não só na universidade, mas também no movimento estudantil e tinha uma vida muito vigiada pelos órgãos de repressão".

O relator dos trabalhos de investigação do caso Honestino Guimarães, um dos desaparecidos na época da ditadura militar, ouviu ontem o depoimento da mãe, Maria Rosa Leite Monteiro, para anexar as declarações ao processo de apuração da morte. Tranquila, mas ainda receiosa em denunciar nomes, a mãe de Honestino expressava, durante as declarações, vestígios da ditadura: o medo de falar. Ela relatou os últimos meses de perseguição e clandestinidade do filho, até seu desaparecimento. Segundo ela, algumas denúncias e alguns nomes envolvidos no desaparecimento do seu filho só foram revelados ontem, através de um telefonema, pouco antes do depoimento.

Conforme relato de Maria Rosa Monteiro, em 11 de outubro de 1973, Honestino foi preso, quando morada com três militantes de esquerda. Segundo ela, mãe e filho se encontraram algumas vezes antes do desaparecimento e, como já era prevista sua prisão, combinaram uma senha: caso caísse, alguém iria avisar que ele teria sido internado num hospital no Rio de Janeiro. No aviso, diria o nome do local e a hora da prisão, para que se pudesse iniciar um processo de investigação e posterior pedido de habeas corpus.

BILHETE — "Quando cheguei em casa, havia um bilhete com o aviso. Depois recebi um telefonema e um telegrama, e imediatamente fui para o Rio de Janeiro, mas já com a indicação de um advogado para dar início ao processo e à busca", contou. Depois de tentativas de encontrá-lo, Maria Rosa Monteiro só sabia das notícias do paradeiro do filho através de um antigo amigo de

Honestino, Axel Van Der Brook, filho de um general, que passava as informações para um médico amigo da família, o doutor Gripp Cotta, ora falecido.

Segundo Maria Rosa Monteiro, a filha do doutor Gripp Cotta era noiva do tenente Luiz da Silva Flores, lotado no PIC. Para ela essas informações só comprovam sua tese de que Honestino esteve preso em Brasília antes de morrer. Outro militar que mantinha contatos com os presos políticos da época, o tenente José Eduardo Brito e o tenente Télio Braum D'Azevedo, tinham visto Honestino Guimarães preso no PIC em Brasília.

Ela contou que havia pago os honorários ao advogado Lino Machado mensalmente, mas após três meses de investigação, o próprio advogado a informou que não precisava mais pagar seus serviços e isso a levou a concluir que seu filho fora morto. "O advogado era ex-militar e tinha penetração nos serviços de informação". Na época, Maria Rosa recebeu um bilhete da doutora Dirce, que trabalha com o doutor Lino Machado, que entendeu como se fosse os pêsames.

No PIC — Quando soube do desaparecimento do filho, Maria Rosa procurou um general, cujo nome não se lembra, mas este a prometeu uma visita ao filho, preso no PIC, na época do Natal. Assim ela fez, mas quando chegou ao local com alimentos e a ânsia de vê-lo, ouviu de um outro general que nunca havia passado por aquele local algum preso chamado Honestino. Ela soube, depois que seu filho fora transferido para São Paulo e que havia respondido a um depoimento ainda em Brasília e, a partir dessa informação, nunca mais teve notícias de seu filho.